

O DESAFIO DA PERMANÊNCIA NA TERRA: comercialização de posses e reprodução dos modos de vida nos assentamentos de reforma agrária do Triângulo Mineiro¹

EL RETO DE PERMANECER EN LA TIERRA: venta de bienes y la reproducción de formas de vida en los asentamientos de reforma agraria del Triángulo Mineiro

Nelson Ney Dantas Cruz

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Itumbiara
cruzdageo@yahoo.com.br

Rossvelt José Santos

Professor Doutor do Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia
rossvelt@ufu.br

Resumo

Reforma Agrária não é um processo que se desenvolve única e exclusivamente pela força política de um governo. Outras forças que emergem da luta e dos conflitos sociais, materializados por grupos que caminham e reivindicam a possibilidade de uma vida melhor, a partir da luta e conquista da terra, também devem ser considerados como forças políticas importantíssimas para que a Reforma seja colocada em prática. A existência de tais forças aponta para a necessidade de se compreender o conteúdo cultural dos grupos sociais que produzem e reproduzem o espaço dos assentamentos a partir de suas experiências de vida, sendo a venda da posse de lotes uma característica enigmática e contraditória, que aparentemente se contrasta com os direcionamentos governamentais para a Reforma Agrária. O artigo que se segue aborda a produção e reprodução dos modos de vida, dentro de uma perspectiva geográfica cultural, para se compreender as influências diretas e indiretas que se fazem presentes na comercialização das posses de lotes no Projeto de Assentamento Divisa, localizado no Triângulo Mineiro, no município de Ituiutaba-MG.

Palavras-Chave: Modos de vida, Cultura, Reforma agrária, P.A. Divisa, Comercialização.

Resumen

Reforma Agraria no es un proceso que se desarrolla sólo por la fuerza política de un gobierno. Otras fuerzas que emergen de la lucha y el conflicto social, materializadas por grupos que reclaman a caminar y la posibilidad de una vida mejor, del combate y de conquista de la tierra, también debe ser considerado como muy importante para la reforma política que se pone en práctica. La existencia de tales fuerzas apunta a la necesidad de comprender el contenido cultural de los grupos sociales que producen y reproducen los asentamientos espacio de las experiencias de su vida, y mucha venta de la posesión de un personaje enigmático y contradictorio, que al parecer contrasta con las instrucciones del gobierno de la Reforma Agraria. El siguiente artículo analiza la producción y reproducción de formas de vida dentro de una perspectiva geográfica cultural, para comprender las influencias directas e indirectas que están presentes en la comercialización de los lotes de las posesiones de liquidación del Proyecto de Asentamiento Divisa, ubicado en el Triangulo Mineiro en el municipio de Ituiutaba-MG.

Palabras Clave: Estilos de vida, La cultura, Reforma Agraria, P.A. Divisa, La comercialización.

Introdução

A Reforma Agrária, no Brasil, é uma política que tem se desenvolvido com maior vigor a partir da década de 1990, pois, antes dessa data, podemos afirmar que ela foi timidamente colocada em prática. Pode ser considerada como uma política jovem se comparada às de outros países mais desenvolvidos economicamente, como nos apresenta Veiga (1991). Ao analisar as estatísticas referentes aos números de projetos criados e quantidade de famílias assentadas, desde a década passada, temos a impressão de que a reforma realmente tem ocorrido a todo vapor, pois os números demonstram que, desde a criação do Estatuto da Terra (Lei 4504 de 30 de novembro de 1964), nunca se assentou tamanha quantidade de famílias. No período da ditadura militar, antes da década de 1990, Reforma Agrária possuía outro sentido, que nos é apontado por Graziano da Silva (1987, p. 15) como sendo “[...] sinônimo do que hoje chamamos de modernização do campo”. De acordo com Fernandes (1999, p. 38), a Reforma Agrária promovida pelo “[...] governo militar realizou os objetivos de sua política agrária, promovendo a modernização técnica no campo sem mexer na estrutura fundiária [...]”,

demonstrando-nos que reforma agrária, sobretudo no período militar, não teve intenções de alterar a realidade da concentração de terras no país. As estatísticas da reforma agrária do governo militar e os números que retratam a quantidade de criação de projetos de assentamento e de famílias assentadas, ocultam uma realidade que é contraditória e permeada por conflitos, que se manifestam na reprodução dos modos de vida daqueles que são beneficiários dos lotes, nos assentamentos. Pois a finalidade da distribuição de lotes de terras realizada pelo Governo, desde a homologação do Estatuto da Terra, tem contribuído para amenizar conflitos e tensões no campo, entre os sem-terra e os latifundiários, como nos mostra Martins (1981, p. 96), que escreve:

O estatuto da terra faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe.

Sendo assim, ela tem gerado novos conflitos em torno da luta pela reprodução da vida, criando margens para o questionamento acerca das práticas políticas que se têm realizado, a partir da reforma, bem como críticas a respeito da realidade apresentada por meio de estatísticas.

A dificuldade das famílias em permanecerem morando nos lotes é uma situação que não é relatada nos discursos do Governo, nem tampouco é apresentada, nitidamente, nos números dos censos e pesquisas relacionadas à reforma agrária, encomendadas pelo Estado. Em algumas pesquisas sobre assentamentos de Reforma Agrária, como as de Fabrini (2003), de Ferreira Neto (2000), de Zimmermann (1994) e de Bergamasco (1994), apesar de tratarem dos aspectos da organização camponesa e coletiva nos assentamentos, não são apresentadas análises sobre os motivos pelos quais as famílias assentadas comercializam a posse do lote conquistado ou o abandonam em busca de outras perspectivas de sobrevivência. As temáticas que eles abordam dão enfoque a projetos de assentamentos rurais cujas gestões associativas são permeadas por conflitos e disputas, que na atualidade tem servido de motivação para famílias beneficiárias abandonarem a terra conquistada.

Especificamente, na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, existem assentamentos rurais em que mais de 50% das posses de lotes já foram comercializadas (CRUZ, 2006). Esta constatação advém de observações empíricas, durante o período em que desenvolvemos um projeto de pesquisa e extensão² pactuados entre Universidade Federal de Uberlândia (UFU), CNPq e INCRA, em quatro assentamentos de Reforma Agrária, na região do triângulo mineiro. Considerando que o índice de porcentagem de comercialização de lotes é alta, tomando-se como referência o curto prazo em que as vendas alcançaram tal índice, é possível questionar a política fundiária da reforma, nessa região e também no restante do país. Entendemos que recorrer aos órgãos gestores da Reforma Agrária não é uma alternativa indicada para obter respostas consistentes sobre a não permanência de famílias titulares dos lotes, nos assentamentos. Os dados que são elaborados e disponibilizados por tais gestores não apresentam, com detalhes, os aspectos da realidade vivida pelos moradores dos projetos de assentamentos rurais. Sendo assim, a estratégia para se compreender os resultados da Reforma Agrária, no Brasil, é indo ao encontro da realidade dos sujeitos que produzem a reforma à sua maneira, ou seja, do modo como se apropriam do que lhes é imposto para que se reproduzam socialmente.

A comercialização de posses de lotes é uma realidade que se faz presente nos espaços dos assentamentos e um fator importante para que se questionem as condições nas quais os sujeitos da Reforma Agrária estão se reproduzindo. A venda de lotes é apenas uma referência para que possamos adentrar à realidade de homens e mulheres que um dia sonharam em possuir uma propriedade rural. Porém, de acordo com circunstâncias adversas, podem surgir necessidades que os levem a abandonar a terra e comercializar a posse conquistada.

Certamente há uma lógica que se estabelece nos espaços dos assentamentos, sendo que a permanência de famílias nos lotes, bem como a venda de posses, não está desvinculada de tal lógica. Dessa maneira, podemos entender que, existindo uma lógica de organização, produção e reprodução de tais espaços, é possível compreender o porquê da permanência ou não de famílias, nos assentamentos rurais. Nesse sentido, o questionamento em torno da comercialização de posses de lotes, em assentamentos

rurais, tornou-se o fio condutor da pesquisa que realizamos no Projeto de Assentamento Divisa, localizado no município de Ituiutaba-MG, na região do Triângulo Mineiro.

Neste artigo são apresentados alguns resultados da pesquisa que foi desenvolvida a partir de um projeto de mestrado e que estão publicados na dissertação (CRUZ, 2008), cujo principal objetivo foi analisar os modos de vida e a reprodução do lugar, no Projeto de Assentamento Divisa. Os modos de vida estão diretamente relacionados às estratégias que as famílias possuem em garantir a reprodução da vida. O lugar é o referencial geográfico onde ocorre a reprodução das famílias, pois ele é produzido e reproduzido a partir das ações e reações dos sujeitos, no assentamento. Sendo assim, este texto tem por objetivo demonstrar a lógica que está presente no processo de produção e reprodução dos modos de vida, no assentamento de reforma agrária, apresentando os desafios que se fazem presentes no cotidiano dos moradores e que contribuem para a permanência ou abandono do lote conquistado.

Os modos de vida como importante categoria para estudo dos sujeitos da reforma agrária

As pesquisas sobre modos de vida têm se preocupado com as práticas cotidianas, representações, costumes e tradições. Tentando buscar uma metodologia de investigação que nos permita analisar, cientificamente, os modos de vida das famílias do Projeto de Assentamento Divisa, apoiamo-nos em duas perspectivas sobre o estudo do tema. A primeira se refere à abordagem que a Sociologia tem dado ao assunto, cujas vertentes investigativas têm-se aproximado, significativamente, da Geografia Cultural. A outra perspectiva se refere à abordagem que a própria Geografia Cultural (CLAVAL, 2002) tem dado aos modos de vida, por meio de trabalhos que enfocam o espaço local (ANDRADE, 2007; OLIVEIRA, 2004) e a paisagem (SAUER, 1998; BERQUE, 1998), e que foram desenvolvidos a partir de teses e dissertações que têm sido produzidas a partir de direcionamentos teórico-metodológicos fundamentados na geografia humanística cultural.

Na Sociologia, o tema modos de vida foi largamente discutido na década de 1980 como sendo um tema unificador dos estudos sobre as condições de vida das classes trabalhadoras. As discussões sobre o tema, nessa década, devem-se às contribuições importantes da sociologia francesa a respeito de estudos que tratam das condições de vida das famílias operárias urbanas. A publicação do Réseau Modes de Vie, em 1984, introduziu questionamentos importantes sobre as pesquisas que enfatizavam as condições de vida das famílias de classes trabalhadoras. Analisando os modos de vida, Lobo (1992, p. 8) afirma que

Francis Godard aponta “o dilema da sociologia dos modos de vida, dividida entre uma abordagem da vida cotidiana próxima à antropologia cultural e os conteúdos sócio-econômicos e sócio políticos do processo de produção dos objetos urbanos”.

Para a Sociologia, é um momento de repensar os estudos que são realizados em torno das condições de vida. São postas em questionamento as abordagens políticas e institucionais que direcionavam o estudo sobre as condições de vida das classes operárias, em contraposição às práticas cotidianas. Essa última vertente de estudos, que aborda o cotidiano, tem direcionado as pesquisas que tratam dos modos de vida, como nos aponta Lobo (1992, p. 11): “A novidade que a tematização dos modos de vida pode instaurar reside muito no que Godard identifica como uma aproximação entre sociologia dos modos de vida e antropologia cultural.”

A reemergência dos estudos sobre modos de vida, com ênfase nos aspectos culturais, surge como fruto de mudanças filosóficas próprias do contexto evolutivo da Sociologia e também de outras áreas do saber das Ciências Humanas, como a Geografia Humanística Cultural. Nessa perspectiva, Lobo (1992, p. 11) entende que

[...] a temática dos modos de vida é vista como resultante do “declínio” do estruturalismo e, será preciso acrescentar, do marxismo estruturalista. Por outro lado ela se insere no contexto da atomização dos conceitos totalizantes e dos sistemas abrangentes.

Compreendemos, a partir do trecho anterior, que é necessária a análise do conteúdo dos modos de vida a partir de um conceito aberto, que não se enquadre

perfeitamente a um modelo padrão, mas que responda à realidade do contexto espacial-temporal investigado.

Em trabalho realizado por Fernandes (1992) sobre modos de vida, em que aborda a trajetória de duas famílias de classe trabalhadora, o caminho traçado demonstra-nos que a família é a unidade principal de pesquisa. Analisando suas trajetórias de vida, a autora entende que a categoria trabalho é o componente que estrutura os modos de vida, pois ele dá sentido à existência, à história de luta pela sobrevivência. No caso estudado, verificou-se que o fracasso do homem, como “chefe provedor” da família, fez com que se criassem novas alternativas que permitissem à família lutar pelo direito à vida. Desse modo, a categoria trabalho tornou-se o eixo principal que direcionou as ações dos membros familiares. Segundo Fernandes (1992, p. 49),

Significante vazio, o trabalho vai adquirindo inúmeros significados que vão dando sentido à vida, ao mesmo tempo que a idealização maciça modela imaginariamente um mundo absolutamente cindido: do lado dos que se sacrificam e trabalham, alinham-se não só os trabalhadores, mas os bons pais, bons maridos, bons filhos, bons parentes, bons vizinhos e, especialmente, as boas mulheres. Daí o confronto com aqueles que estariam do outro lado, com os que, presumivelmente, não trabalham porque não querem pois são os que “não querem saber quem inventou o trabalho”, justificando a canalização de uma agressividade maciça a um outro digno de uma suspeita que já não se restringe ao papel de trabalhador pois desloca-se em cadeia ao de pai, e marido, de filho, de parente, de vizinho, de mulher de família, como também, ao de cristão e cidadão.

Nesse sentido, o estudo dos modos de vida está centrado na condição que estrutura a vida e dá significado às práticas sociais a partir de um contexto familiar, que, no caso citado, se refere à reprodução por meio do trabalho. As representações projetam a família para classificação daqueles com os quais ela se identifica, que são os que trabalham e que também vêm, no trabalho, uma forma de adquirir cidadania (FERNANDES, 1992), de existir para a sociedade.

O caminho traçado por Fernandes, ao abordar a família, sua trajetória de luta pela sobrevivência, desembocando no trabalho como eixo estruturador de sentido à vida, que está representado na consciência de mundo das famílias estudadas, permite-nos compreender que

É nesta síntese que reside o novo na emergência do tema dos modos de vida, especialmente nos estudos sobre classes trabalhadoras não exclusivamente voltados para as práticas político-institucionais ou para as condições e padrões de vida e indicadores sociais, mas enfatizando as práticas cotidianas, as tradições, a diferenciação interna das classes trabalhadoras, suas representações, tanto quanto “a internalização subjetiva de suas condições materiais de existência. (LOPES apud LOBO, 1992, p. 44)

A partir dessa abordagem, a temática sobre modos de vida, em Sociologia, se desloca para o entendimento da visão do sujeito da pesquisa, com o objetivo de se compreender como ele produz sua própria existência e o que determina suas formas de agir diante daqueles com quem estabelece relações sociais. Nesse direcionamento está imbricada a importância de se recorrer à família como unidade essencial para pesquisa sobre modos de vida, bem como às estratégias que lhe garantam a sobrevivência.

Alguns estudos em Geografia Cultural apresentam uma perspectiva que também se relaciona às práticas cotidianas de grupos sociais, como eixos estruturadores da produção do espaço. Ao realizar o estudo de uma comunidade rural situada em Vazante-MG, Oliveira (2004) analisa os modos de vida a partir das práticas que a comunidade realiza no grupo a que pertence, dando ênfase ao trabalho desenvolvido na terra. Os sujeitos pesquisados são vistos como camponeses e a sua relação com a terra é analisada por meio dos aspectos relacionados aos instrumentos de trabalho e à solidariedade entre os vizinhos, que lhes permite se reproduzir enquanto camponeses. Condição esta que lhes garante a sobrevivência, a partir do trabalho na terra. Nessa perspectiva, os modos de vida são analisados a partir das práticas que permitem ao grupo se manter na terra, garantindo sua sobrevivência.

Nesse contexto, são apresentadas as estratégias que garantem a existência de práticas reprodutivas. Essas estratégias compõem os modos de vida como ações materializadas no cotidiano, que foram se modificando ao longo da história da comunidade. Tratando-os como camponeses, o autor afirma que

O seu mundo vivido é então definido pela experiência com o meio natural, pelas relações de proximidade e conhecimento que o homem dos Bagres estabeleceu com a natureza. É o aprendizado proporcionado àquele homem pela sua experiência e ligação direta com a natureza que o faz reconhecer os seus sinais e compreender o seu próprio ciclo. Sendo o camponês o sujeito ativo da construção do seu mundo vivido, ele estabelece no lugar as relações necessárias à sua sobrevivência, definindo o seu modo de vida a partir dos ciclos da natureza que definem, por sua vez, os períodos de plantio e colheita. (OLIVEIRA, 2004, p. 20.)

No entendimento de Oliveira (2004), as práticas cotidianas compõem os modos de vida do grupo estudado e se referem a um conjunto de estratégias que permitem a reprodução camponesa na comunidade, garantindo a sobrevivência das famílias a partir do trabalho na terra. Sendo assim, os apontamentos e análises em torno dos modos de vida estão centrados nas estratégias de sobrevivência das famílias na terra, cujos conhecimentos e saberes camponeses, advindos de gerações passadas, manifestam-se como práticas cotidianas antigas, que convivem com práticas modernas.

No trabalho realizado por Andrade (2007), numa comunidade rural no município de Uberlândia, os modos de vida são analisados sob a perspectiva dos meios de vida e de trabalho que se manifestam no cotidiano, como práticas sociais, e contribuem para reproduzir o lugar. Desse modo, no cotidiano se manifestam as relações comunitárias, costumes e práticas culturais que dão sentido à existência das famílias moradoras da comunidade Tenda do Moreno e que foram modificadas com a sucessão dos tempos históricos. Segundo Andrade (2007, p. 119),

[...] o conjunto das práticas sócio-culturais e religiosas que faziam parte dos modos de vida e trabalho rurais, presentes na comunidade Tenda do Moreno, ainda sustenta formas de pertencimento e identidade que são manifestadas de maneira individual e coletiva entre os moradores locais, principalmente nos eventos religiosos e comunitários, incluindo-se, principalmente, a festa [...] os valores fixados pela coletividade humana são atravessados pelas imposições da sucessão de tempos históricos, o que exige a mudança nos modos de vida e trabalho. [...]

Nesse sentido, os aspectos socioculturais são relevantes nos modos de vida, sendo estes entendidos como as relações que criam e produzem os meios de vida. Mas a produção de tais meios é possibilitada pelo conteúdo cultural de conhecimentos e

saberes ligados à terra e também pelas práticas de relações sociais, sobretudo aquelas que envolvem o coletivo, como as práticas religiosas.

A partir das análises acerca do estudo dos modos de vida, pode-se compreender que este não se resume ao estudo do trabalho ou da produção de bens materiais. Relaciona-se, sobretudo, com as práticas manifestadas no cotidiano e representações que dão sentido à vida e contribuem para reprodução do lugar. Mas as estratégias contidas nas práticas cotidianas são construídas com o passar dos tempos históricos, ou seja, possuem conteúdos elaborados em outros tempos e também no presente, que se manifestam no espaço vivido e determinam a reprodução da vida.

Quando se trata dos modos de vida de famílias moradoras do espaço rural, como é o caso abordado nesse trabalho, há de se considerar algumas questões importantes, próprias das famílias do assentamento Divisa, que diferem das famílias trabalhadoras urbanas, analisadas pelos autores da sociologia (LOBO, 1992; FERNANDES, 1992). Em nosso estudo, a abordagem é geográfica, o que nos remete à relação entre grupos familiares e a natureza, bem como ao entendimento de como o grupo apropria-se do espaço que lhe foi entregue como área a ser transformada, trabalhada pelas pessoas que ali irão produzir e reproduzir o lugar. Também não desprezamos a origem urbana daquelas famílias que tiveram experiências de trabalho e de vida, ligadas intensamente ao contexto social da cidade, pois o território e o lugar, no assentamento, foram construídos a partir de experiências contraditórias e similares, materializadas no contexto espacial da luta e da resistência em manter a posse da terra.

Trajetórias de vida e experiências desencontradas

As relações sociais estabelecidas no processo de sobrevivência, no Assentamento Divisa, são práticas que se constroem no cotidiano e nos indicam a existência de modos de vida divergentes. As famílias que ocuparam a Fazenda Divisa vieram de municípios diferentes, com experiências de trabalho as mais diversas. Foi no período de acampamento que os assentados tiveram a oportunidade de conhecer uns aos

outros, mesmo que por um período muito pequeno, se comparado às suas trajetórias de vida. Poucos puderam colocar em prática suas habilidades de trabalho na terra, já que o espaço coletivo do acampamento não lhes proporcionou oportunidade para trabalharem individualmente ou em conjunto.

Os esforços do coletivo se direcionavam para uma conquista comum, que possibilitaria outra trajetória de vida e a produção de um novo cotidiano, marcado pelas divergências entre modos de vida. Referimos aos esforços canalizados para a conquista da terra, que possibilitaram a criação do assentamento e, conseqüentemente, a obtenção das posses de lotes de terra, onde a família se faz presente e, a partir dali, se organiza para garantir sua sobrevivência, seja dependendo da produção do cultivo da terra ou do trabalho fora dela. Sendo assim, nessa pesquisa, o morador do assentamento tornou-se a referência para que pudéssemos analisar os modos de vida.

No ano de 2007 o assentamento possuía 27 lotes e 22 famílias moradoras. Cinco famílias moravam na cidade e, esporadicamente, visitavam seus lotes no assentamento. Inicialmente, a pretensão era de entrevistar as 27 famílias, mas devido aos desencontros foi possível entrevistar apenas 25, sendo 22 moradoras e três que não moram em seus lotes.

Para analisar os modos de vida, decidimos iniciar pela trajetória das famílias assentadas, tomando como referência as suas origens de município, ou seja, as origens referem-se ao município ao qual residiam antes de se tornarem assentadas. Não nos preocupamos em conhecer a naturalidade dos membros de cada família, pois o importante foi obter informações acerca de suas experiências de vida e a motivação que as conduziram para a luta pela terra, ou seja, o que as motivou a lutar em busca de terras, por meio da Reforma Agrária. Com tais informações foi possível diagnosticar, inicialmente, que a origem das famílias indicava trajetórias e experiências desencontradas espacialmente. Esses desencontros são manifestados com a organização delas no assentamento, que se estrutura pela proximidade de lotes entre famílias de um mesmo município de origem. As famílias do município de Canápolis-MG foram assentadas em lotes que fazem divisa entre si. Do mesmo modo, as famílias oriundas

dos municípios mineiros de Centralina, Ituiutaba e Monte Alegre, também escolheram lotes próximos daqueles pertencentes ao município de mesma origem.

Dois fatores podem ser considerados essenciais para o agrupamento das famílias: a proximidade, relacionada à origem de município, e as relações de parentesco. De acordo com os informantes-chave, as famílias moradoras dos lotes 01, 02 e 03 (oriundas de Canápolis-MG) possuem parentesco entre si. Os moradores dos lotes 18 e 22 (oriundas de Centralina-MG) são parentes e os dos lotes 11 e 12 (oriundas de Ituiutaba-MG) também possuem grau de parentesco. Os titulares dos lotes 07 e 08 (oriundas de Canápolis-MG) também são da mesma família.

Podemos afirmar que esses dois fatores apontam para o entendimento de que o período de experiência que vivenciaram juntos no acampamento não produziu relações de vizinhança que pudessem despertar, nas famílias assentadas, a necessidade espontânea de aproximar-se daquelas com quem mantiveram laços de amizade, no período de luta pela terra, já que a escolha dos lotes não foi por sorteio ou por determinação do INCRA, mas pela decisão autônoma das famílias.

Desde o início da criação do Projeto de Assentamento, nem todos os beneficiários moravam em seus lotes, com suas famílias. De acordo com um relatório da associação do assentamento, enviada ao INCRA no mês de agosto de 2001, apenas 16 famílias dentre as 27 moravam no lote. As demais exerciam atividades de trabalho na cidade e lá residiam.

A configuração de posse da terra e de moradia das famílias, no assentamento, foi sendo alterada e novos sujeitos se incorporaram ao grupo de moradores. Algumas famílias comercializaram as posses conquistadas, ficando inadimplentes perante o Governo e o banco³ que lhes concedeu financiamento para construção de infra-estrutura no lote e para produção. Desse modo, um novo mapa de posse e uso dos lotes foi constituído a partir da primeira venda de lote no assentamento, ocorrida em 2004. Neste ano, o lote de número 26 foi comercializado e, a partir desta data, oito lotes também foram vendidos. Essa prática promoveu um novo reordenamento no mapa de organização da posse da terra, bem como no número de moradores do assentamento.

Em 2007, o assentamento era composto por famílias assentadas no projeto original, famílias compradoras que foram assentadas pelo INCRA e famílias compradoras que ainda não tinham a posse regularizada. Das nove famílias compradoras de lotes, três vieram de outras cidades diferentes daquelas famílias do projeto inicial. O INCRA tem conhecimento acerca da comercialização de posses e, em diversos casos, tem transferido o título de posse dos antigos beneficiários para os compradores.

As famílias compradoras dos lotes e moradoras do assentamento passaram a integrar as organizações coletivas que já existiam no lugar. A associação dos produtores do assentamento é um exemplo de coletividade à qual as compradoras se associaram. Nesse contexto, os esforços para se integrarem às relações de vizinhança foram sendo construídos por meio de experiências de vida as mais diversas, que estão desconstruídas na história do próprio assentamento, entre aqueles que integraram o movimento de luta pela terra, em 1998, e aqueles que, posteriormente vieram para a terra, por meio de compra da posse.

Podemos afirmar que os desencontros entre as famílias relacionam-se a suas origens de município, laços de parentesco e nas formas de acesso à terra. Esses fatores nos indicam que o assentamento é composto por grupos heterogêneos, não nos permitindo generalizá-los em uma categoria que os determine, enquanto grupo homogêneo. Nem mesmo é possível homogeneizar grupos menores no assentamento, que estejam enquadrados na condição de assentados ou compradores, além de existir diferenças entre as famílias que possuem parentesco.

Para demonstrar as diversidades de experiências desconstruídas no assentamento, buscamos, junto às famílias, informações referentes às habilidades relacionadas ao trabalho, seja ele vinculado à terra ou não, que exerciam antes de conquistarem o lote. O interesse pela experiência de trabalho das famílias é importante para estabelecermos análises sobre os usos da terra no assentamento e compreendermos como o conteúdo cultural de saberes ligados à terra tem sido colocado em prática para garantir a fixação das famílias nos lotes e sua sobrevivência.

A partir de entrevistas, foi possível diagnosticar as experiências de trabalho das famílias moradoras e não moradoras do assentamento, tomando-se, como referência, o chefe-provedor da família. O chefe-provedor é aqui entendido como o sujeito da família responsável em organizar a produção no lote, ser o principal trabalhador nas atividades de produção, bem como o responsável em exercer outras atividades geradoras de renda, que garantam a sobrevivência da família. Foi constatado que 20 famílias possuíam renda por meio do trabalho rural, seja como trabalhador assalariado ou pequeno arrendatário de terras, antes de virem para o assentamento. Dentre esses, alguns também exerciam outro tipo de trabalho na cidade para complementar a renda. Os demais chefes das sete famílias apenas exerceram atividade remunerada como empregados urbanos, sem vínculos de trabalho com o campo.

A partir da criação do assentamento, algumas famílias continuaram reproduzindo as experiências de trabalho nos lotes conquistados, enquanto outras continuaram trabalhando em empregos na cidade e até mesmo residindo no espaço urbano, onde possuíam casas.

O desafio da moradia no lote e do domínio da posse

Em diálogos de entrevista com as famílias foi possível coletar e analisar as informações a respeito de suas motivações em vir para o assentamento, bem como a respeito dos caminhos percorridos após a conquista do lote, para que pudessem nele permanecer ou dominar a sua posse.

As motivações em se adquirir um lote de terras são diversas e demonstram-nos os desencontros relacionados às experiências de vida das famílias assentadas, antes de virem para o assentamento, e também divergências quanto às estratégias de garantir a posse da terra. As informações e análises que se seguem não identificam nominalmente os entrevistados, pois de acordo com o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFU, órgão o qual submetemos o projeto de pesquisa antes de desenvolvê-lo, foi-nos incumbido de firmar um termo de compromisso com cada entrevistado,

comprometendo-nos a não divulgar imagens sem autorização do pesquisado e também não divulgar o nome ou qualquer denominação que possibilitasse sê-lo identificado por outras pessoas. Desse modo, atribuímos um número para cada pessoa entrevistada, de modo que apenas em gabinete fosse possível identificá-la pelo nome.

Num diálogo com o entrevistado 05, ele nos expôs que a necessidade de se integrar ao movimento de luta pela terra relacionava-se à sua condição de desempregado. Ele nos falou que veio para o acampamento em 1998, sendo apoiado por sua esposa, que exercia a função de secretária num Sindicato da cidade de Ituiutaba-MG. Ele tinha receios de entrar na fazenda com os outros companheiros, por achar que seria incorreto realizar tal ato. Mas resolveu ir em frente, pois o “estar” desempregado motivou-o na busca pela terra, e para conquistar o lote seria necessário participar do acampamento.

Logo que ele nos informou sobre sua condição de desempregado, tivemos a idéia de que sua intenção era adquirir terra para trabalhar, já que alegava ter vindo para o assentamento por estar sem emprego, na cidade em que sempre morou.

Durante a entrevista ele nos relatou que, a partir da conquista do lote, ele voltou para a cidade, por ter conseguido emprego no ramo comercial, em que sempre trabalhou e no qual possuía larga experiência, exercendo a função de vendedor de peças automotivas. Morou na cidade entre os anos de 1998 e 2004, enquanto esteve empregado.

A partir da exigência do Governo de que o beneficiário do lote deve permanecer morando no assentamento, com sua família, para garantir a posse da terra, o entrevistado 05 e sua esposa iam para o assentamento nos finais de semana. Em alguns dias de reuniões com o INCRA, a sua esposa permanecia no assentamento durante os dias que fossem necessários, inclusive nos dias que o fiscal do INCRA iria visitar o lote, para certificar que a família estava residindo na terra conquistada.

Na fala do entrevistado 05, ele demonstrou não possuir experiência de trabalho na terra, quando nos relata que o seu contato com o meio rural ocorria durante visitas que realizava em chácaras de propriedade de parentes, onde permanecia alguns dias com sua família, em busca de lazer e descanso.

Sendo assim, podemos compreender que a condição de desempregado não se relaciona à motivação em trabalhar na terra, mas sim à disponibilidade de tempo que tinha para permanecer acampado. Desse modo, analisando o seu interesse em possuir terra para produzir, nela trabalhar e garantir a reprodução familiar, bem como sua experiência de trabalho e de relações com o meio rural, percebemos que esse beneficiário carece de conhecimentos e saberes ligados à produção agrícola, bem como não possui relação de pertencimento ao meio rural, sendo esses fatores que condicionaram a sua permanência na cidade, no período de 1998 a 2004. A partir de 2004, ficando impossibilitado de continuar trabalhando como vendedor de peças na cidade, devido a problemas de saúde, o entrevistado 05 decidiu morar no assentamento com sua esposa, deixando sua filha solteira na cidade, morando com a avó, para concluir os estudos.

No lote vizinho ao lote do entrevistado 05, encontra-se o lote de propriedade do entrevistado 06, que possui uma trajetória de vida e experiência de trabalho diferente do entrevistado 05. Na época em que conversamos com o entrevistado 05, em fevereiro de 2007, o seu lote estava à venda, já que ele pretendia mudar para a cidade, a fim de cuidar de problemas relacionados à sua saúde, que o impossibilitavam de trabalhar no lote.

O entrevistado 06 morava em uma fazenda no município de Ituiutaba-MG, antes de conquistar o lote no assentamento. Nessa fazenda ele era empregado e trabalhava com pecuária leiteira, além de plantar lavoura de milho e arroz em terras que arrendava da própria fazenda na qual era empregado. Em sua fala ele deixou claro que, apesar da experiência com a pecuária, o seu “xodó” de trabalhar na terra é plantar lavoura. Para produzir na terra ele recorria a empréstimos junto ao Banco do Brasil, mas detestava quando os técnicos do banco opinavam a respeito de como a plantação deveria ser realizada. Na opinião do entrevistado 06, o modo de plantar que os técnicos impunham não era correto. Sendo assim, a sua experiência de trabalho na terra era mais importante que a assistência técnica e sempre acabava plantando suas lavouras do seu modo, de acordo com o seu saber.

O entrevistado 06 não participou do movimento de luta pela terra, e sua vinda para o assentamento foi possível pela desistência de um beneficiário e também pelos contatos que matinha com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba-MG. Em sua fala, percebemos que a motivação em vir para o assentamento foi de possuir terras próprias para produzir e, a partir delas, garantir sua sobrevivência, tornando-se patrão de si mesmo, pois durante toda sua vida nunca havia possuído propriedade rural.

Ao tomar posse do lote, ele trouxe sua esposa para morar com ele, sendo que seu filho único recusou-se a morar no assentamento e se mudou para a cidade de Ituiutaba-MG. Sendo assim, a principal mão-de-obra para trabalhar a terra era a dele mesmo. Relatou-nos que trabalhava muito quando veio para o assentamento, pois sentia muita vontade de cultivar suas terras e tinha muito prazer nisso. Mas ele alega que o tipo de trabalho provocou-lhe doença, deixando-o impossibilitado de executar o mesmo tempo de trabalho que realizara quando conquistou o lote.

Diante desta condição de impossibilidade para o trabalho na terra e também da dificuldade em se deslocar para a cidade a fim de se tratar, o entrevistado 06 comercializou a posse conquistada em Setembro de 2007 e se mudou, com a esposa, para a cidade de Ituiutaba-MG.

Outras experiências de vida também se fazem presentes no grupo de famílias assentadas oriundas de Ituiutaba-MG, de lotes vizinhos ao do entrevistado 05 e do entrevistado 06. Tomemos como exemplo a experiência de trabalho da entrevistada 07. Ela mora sozinha no lote, já que seu cônjuge reside na cidade por motivo de doença, pois com frequência depende de atendimento médico-hospitalar.

A entrevistada 07 nos relatou que sua experiência de trabalho, pouco antes de se tornar assentada, era de lavadeira. Em épocas mais antigas, quando era mais jovem e possuía maior vigor físico, ela costumava trabalhar como bóia-fria em diversas lavouras dos municípios da região do Triângulo Mineiro. A motivação em possuir terra foi sustentada pela necessidade de ter um “cantinho” para descansar, cultivar algumas plantas e criar alguns animais.

A sua relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba-MG, em que era suplente de um cargo que não soube explicar qual era, possibilitou-lhe o contato

com o movimento de luta pela terra e sua vinda para o assentamento, desde a época do acampamento. Segundo ela, o seu papel no acampamento era o de cozinheira e, por ser mais idosa que os outros participantes do movimento, passou a ser conhecida como “vó”.

Em sua fala, podemos interpretar que a perspectiva de produzir para geração de renda e sobrevivência não é a motivação principal ou mesmo a proposta central de possuir terras. Utilizando-se de sua aposentadoria, a “vó” costuma pagar algumas pessoas para realizar os trabalhos que ela não consegue, já que as limitações do físico, em função de sua idade, a impedem de realizar esforços maiores. Sendo assim, afirmou-nos, com saudosismo, que gostaria de ter quarenta anos de idade para poder esforçar-se mais intensamente no trabalho na terra.

Por meio de constantes diálogos com o entrevistado 09 descobrimos que ele era o diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de um dos municípios de origem das famílias assentadas e articulador do movimento de luta, juntamente com os demais dirigentes dos sindicatos. Apesar de ter contribuído intelectualmente, com outros grupos de luta, para obtenção de terra na região, tinha receios em participar do acampamento. A violência que existia na repressão de movimentos sociais deixava-o preocupado. Mas a dificuldade em conseguir emprego como bóia-fria, devido ao aumento da utilização de máquinas nas lavouras, impulsionou-o a conquistar a terra, para construir outra possibilidade de geração de renda.

Mas, em sua visão, seria arriscado tornar-se um beneficiário de terras, pois as dificuldades em se manter no lote poderiam criar uma condição de vida pior do que aquela que levava na cidade. Apesar das incertezas e preocupações, resolveu arriscar e ingressou no grupo que participou da primeira ocupação da fazenda. Quando foram retirados, pela primeira vez, da fazenda, por pressão da Polícia Militar, o entrevistado 09 pensou em desistir. Porém, achou que seria vergonhoso voltar para sua cidade sem nenhuma conquista, já que muitas pessoas o criticavam pela atitude de participar da luta pela terra, dizendo que aquilo não ia dar em nada.

Após a criação do assentamento, trouxe sua esposa e um dos filhos. Houve resistência por parte da esposa em vir morar no assentamento pois, desconhecendo o

processo de Reforma Agrária, ela acreditava que o movimento havia “roubado terras”. Mas, ao tomar conhecimento dos trâmites legais, a partir de conversas com o esposo e demais pessoas do assentamento, ficou mais tranqüila e veio morar com seu esposo, sem o receio de que estaria “roubando terras”.

Esse mesmo receio também se manifestou na fala de outro assentado, quando ele nos relatou, brevemente, sua experiência de vida em Centralina-MG e suas experiências de trabalho. O entrevistado 10 trabalhava como bóia-fria e arrendatário, em seu município de moradia. Residindo na cidade, sua fonte de renda advinha de trabalhos como empregado nas lavouras de algodão, tomate e cana. Como arrendatário de pequenas glebas de terra, costumava cultivar arroz e hortaliças.

A possibilidade de adquirir terras próprias para produzir e dela tirar o sustento foi anunciada pelo Sindicato, no qual era suplente de um cargo que não soube especificar. Quando resolveu vir para o assentamento, foi criticado pela própria família, inclusive pela esposa que, receosa com o processo de aquisição de terras, desejou que o marido não participasse do movimento. Mesmo diante das oposições e críticas, o entrevistado 10 resolveu participar do grupo que ocupou a fazenda.

Ele imaginava que as terras que iriam receber, denominadas improdutivas, eram terras cheias de “mato”, que deveriam ser desbravadas pelo desmatamento. Terras que não haviam sido utilizadas para plantio ou pecuária. Essa sua representação foi modificada quando chegaram à fazenda Divisa. Segundo ele, o sonho de ter a terra não correspondia ao que pensava. Pensou em plantar diversas lavouras, tendo como atividade principal a produção de hortaliça. Mas, depois que recebeu a posse da terra, percebeu que havia diversos empecilhos que o impediam de concretizar o seu sonho.

A sua principal motivação em possuir terra era de que as suas habilidades em plantar e colher poderiam ser colocadas em prática, na condição de proprietário de terra, e não de empregado ou arrendatário. Um fator que ele considerava importante para o trabalho é que possuiria mão-de-obra suficiente a partir dos membros de sua família.

Apesar de sua esposa ter-se preocupado com sua participação na luta pela terra, ela resolveu vir morar e trabalhar no assentamento, juntamente com dois filhos, com idades de 23 e 27 anos, e uma filha, de 21 anos. Atualmente, apenas a filha e a esposa

moram e trabalham no lote com o entrevistado 10, pois os dois filhos se mudaram para cidade de Centralina-MG, em busca de novas perspectivas de trabalho.

No grupo de lotes pertencentes às famílias oriundas de Canápolis-MG, apenas uma família deixou o assentamento e comercializou a posse. Mas, apesar de se manterem na terra, os desencontros também se fazem presentes nas experiências de vida das famílias.

Tomando-se como referência dois assentados que possuem grau de parentesco, foi possível perceber que as diferenças também existem entre os próprios grupos familiares. O entrevistado 03 é filho do entrevistado 01, que tem 65 anos. Os dois integraram-se ao movimento de luta pelo lote motivados pela esperança de se tornarem proprietários de terra, de modo que deixassem a condição de pequenos arrendatários. Suas experiências de trabalho estão intimamente ligadas pois, segundo o entrevistado 03, ele sempre trabalhou como arrendatário de terras, formando lavouras de abacaxi, no município de Canápolis, além de ser produtor de pimentas e hortaliças e realizar trabalhos como bóia-fria nas lavouras de abacaxi. O seu pai também plantava abacaxi em terras alheias, que se localizavam na mesma propriedade arrendada pelo seu filho. A motivação em possuir terras, para os dois assentados, está relacionada à possibilidade de se reproduzirem socialmente, sem o impedimento de não serem donos do próprio “chão”. Refere-se à possibilidade de adquirir autonomia, enquanto produtor rural.

É o anúncio de uma nova vida para a família, sendo a terra uma conquista que sempre sonharam, mas nunca tiveram a oportunidade de possuir. Mas a trajetória dos dois apresenta diferenças importantes, pois apenas um deles conseguiu trazer a família para morar no assentamento. O entrevistado 01 não conseguiu trazer mulher e filhos, já que estes não se interessaram em mudar para o assentamento. Alguns anos antes de o entrevistado 01 se tornar assentado da Reforma Agrária, sua família morava na cidade de Uberlândia-MG, enquanto ele residia na cidade de Canápolis, com sua filha, que atualmente é beneficiária do lote nº 01.

As experiências de trabalho e trajetórias das famílias assentadas convergem para uma experiência comum, que foi a luta pela terra. Porém, os desencontros ficam evidentes quando analisamos as experiências das famílias, antes de virem para o

assentamento e depois de conquistarem a terra. Foi possível refletir acerca de algumas experiências de vida para percebermos, com maior pontualidade, a diversidade das experiências que nos indicam a existência de modos de vida divergentes.

Tendo-se consciência de que nem todos os moradores do assentamento participaram da luta pela terra, torna-se importante acrescentarmos, às nossas análises, a trajetória daqueles que não participaram do movimento, no ano de 1998. Referimo-nos aos compradores de posses que vieram para o assentamento, a partir do ano de 2004. Dentre nove compradores, elegemos dois para expormos e analisarmos suas experiências.

O entrevistado 13 reside no lote com sua esposa, entrevistado 14. Antes de virem para o assentamento, eles moravam no município de São Simão-GO, trabalhando e residindo em uma fazenda de pecuária de corte. A sua experiência de trabalho sempre esteve ligada a fazendas, pois, como ele nos relatou, sua carteira de trabalho foi assinada durante vinte e cinco anos apenas em três fazendas, onde exerceu o cargo de gerente.

De acordo com sua fala, a vinda para o assentamento foi motivada pela oportunidade de comprar terras a preço baixo, já que, em sua região de origem, não conseguiria comprar a mesma extensão de terras de propriedades equivalentes ao tamanho dos lotes do assentamento Divisa. Sua preocupação, ao comprar lotes da Reforma Agrária, era de que a terra poderia estar irregular quanto à documentação de título de posse ou de propriedade. Por má sorte, comprou o lote com a cerca de divisa alterada, o que lhe causou transtorno e desgaste com o vizinho, também comprador de lote.

Apesar dos inconvenientes gerados pela irregularidade da cerca de divisa, o entrevistado 13 nos afirmou que concretizou um dos sonhos. A sua preocupação em possuir terra também se relacionava às dificuldades em conseguir trabalho. Segundo ele, sua idade, 54 anos, é um empecilho para ser contratado como gerente de fazenda. Sendo assim, possuir terra é uma condição importante para reproduzir a sobrevivência, visto que a condição de proprietário rural lhe permite trabalhar a terra do seu jeito.

Outro comprador de lote, que viu no assentamento a possibilidade de comprar terras baratas, foi o entrevistado 15. Pequeno produtor rural, ele era proprietário de um

sítio no município de Gouvelândia-GO. Devido ao avanço da plantação de cana-de-açúcar nas terras do município, a produção de leite e sua comercialização estavam sendo comprometidas. Desse modo, a alternativa foi vender o seu sítio, que tinha aproximadamente 10 hectares de extensão, e comprar outra propriedade rural, para continuar se reproduzindo a partir da produção do leite.

Objetivando possuir maior extensão de terras, resolveu comprar uma propriedade que possuísse valor inferior em relação àquela em que morava, em Goiás. O seu contato com um dos assentados, morador do P. A. Divisa, trouxe-o para o assentamento. Interessando-se pela organização produtiva do leite, que na Divisa já existia, e também pelo preço da posse, adquiriu o lote e trouxe sua esposa e o filho, que o ajudava na lida de trabalho com o gado.

Práticas estruturantes da vida cotidiana

A conquista da terra, pelas famílias assentadas e pelas compradoras de lotes, projetou-as em um novo ciclo de reprodução da vida. Como se pôde compreender, houve necessidade de mudança de vida para aqueles que optaram pela empreitada de residir no assentamento. Ao tratarmos de reprodução da vida, compartilhamos com o entendimento de Lefebvre (1991) a respeito do conceito de reprodução. Ao analisar o conceito de produção, a partir das obras de Karl Marx, Lefebvre (1991, p. 37) conclui que este conceito não se reduz a “um sistema filosófico (do materialismo dialético) ou a uma teoria econômica política.” Lefebvre (1991, p. 37-38) compreende que

[...] o termo produção readquire um sentido amplo e vigoroso. Sentido esse que se desdobra. A produção não se reduz à fabricação de produtos. O termo designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço sociais), em resumo, a produção material, a fabricação de coisas. Ele designa também a produção do “ser humano” por si mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção das relações sociais. Enfim, tomando em toda a sua amplitude, o termo envolve a reprodução. Não há apenas reprodução biológica (e conseqüente aumento demográfico), mas também reprodução material dos utensílios necessários à produção, instrumentos técnicos e, ainda, reprodução das relações sociais.

As estratégias de reprodução da vida, a partir da terra, foram sendo construídas e reconstruídas diante dos fracassos e/ou sucessos das práticas que se inscrevem no tempo e no espaço e podem ser analisadas a partir do cotidiano. Referimo-nos à vida cotidiana das famílias assentadas, às práticas aí contidas, que se fundamentam nos esforços para garantia da reprodução existencial.

As ocupações, preocupações, trabalhos e divertimentos fazem parte do cotidiano das famílias. De acordo com Lefebvre (1991, p. 11) “O cotidiano se compõe de ciclos e entra em ciclos mais largos. Os começos são recomeços e renascimentos.” Sendo assim, não se pode concluir que a vinda das famílias para o assentamento representou uma dissolução total de práticas cotidianas empreendidas noutros tempos e espaços. Houve tentativas de continuidade de tais práticas, a partir de um espaço “novo”, constituído de infra-estruturas e condições sócio-econômicas “novas”.

A mudança de vida a que nos referimos, anteriormente, não contradiz o entendimento de que houve tentativa de continuidade das estratégias de reprodução da vida. A mudança designa a modificação e não a supressão de práticas cotidianas, a partir das novas condições de reprodução. Tais condições se relacionam às estruturas impostas, socialmente, às famílias assentadas.

Desse modo, recorreremos ao cotidiano para verificar como as práticas se inscrevem no assentamento. O conceito de cotidiano, a partir da obra de Lefebvre (1991, p. 24), é entendido da seguinte maneira:

Em sua trivialidade, o cotidiano se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e de dispositivos, rotação, vaivéns, horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade etc. O estudo da atividade criadora (da produção no sentido mais amplo) conduz à análise da reprodução, isto é, das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se re-produzem elas mesmas, recomeçam, retomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transformam por modificações graduais ou por saltos.

Desse modo, recorrer ao cotidiano das famílias significa compreender, amplamente, as estratégias que são colocadas em prática para garantia de reprodução, tomando-se como referência as suas relações com a natureza, bem como a repetição de

atividades que se inscrevem em tempos cíclicos ou lineares. Sendo assim, a partir do entendimento de Lefebvre (1991), o cotidiano esboça a realidade existencial do homem, que não se reproduz ausente do tempo e do espaço.

Ao analisar a vida econômica e social reconstituída na França, no início do ano de 1946, Lefebvre (1991, p. 37), em seu livro intitulado “Introduction à La Critique de la vie quotidienne”, ressalta que “[...] muitos acreditavam estar construindo uma outra sociedade, enquanto trabalhavam para restabelecer, um pouco modificadas, as antigas relações sociais.”

Nesse sentido, cabe à sociedade o papel de transmissão das estruturas sociais, sendo o cotidiano um elemento pertencente à substância da própria sociedade. A partir da reprodução do cotidiano é que tais estruturas são transmitidas a sujeitos sociais de tempos futuros, como imposições sociais. Sendo assim, para Heller (1992), a substância da sociedade que é repassada por imposição social, podendo ser visualizada pelo cotidiano, é vista da seguinte maneira:

Essa substância é estruturada e amplamente heterogênea. As esferas heterogêneas – por exemplo, produção, relações de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte, etc. – encontram-se entre si na relação de primário e secundário, ou, pura e simplesmente, na mera relação de alteridade. Não existe entre as esferas nenhuma hierarquia universal [...] (HELLER, 1992, p. 03)

Tais estruturas estão em constante alternância quanto à hierarquia constituída a partir das determinações mútuas, reorganizadas pela ação do homem. Sabendo que a vida cotidiana é um dos componentes da substância da sociedade e que as demais estruturas estão em determinações mútuas, podemos afirmar que o cotidiano das famílias assentadas foi sendo reordenado e reformulado, não totalmente, frente às “novas” estruturas da sociedade que lhes foram impostas. As relações de propriedade são modificadas a partir da conquista da terra. Aquelas famílias que, antes, eram arrendatárias e/ou assalariadas, tiveram a oportunidade de obter posse de uma faixa territorial no meio rural, deixando uma condição anterior que se caracterizava pela não propriedade dos meios-de-produção.

A vida cotidiana, então, foi alterada em função das determinações mútuas entre estruturas heterogêneas. Pode-se afirmar que o cotidiano tem sido construído por novas práticas sociais reordenadas e, talvez se possa dizer, readequadas às determinações das estruturas impostas, socialmente, ao grupo de famílias beneficiárias de terras e famílias compradoras de lotes, no assentamento Divisa.

Para ampliar o entendimento acerca do cotidiano, analisamos o conceito a partir de Heller (1992). Segundo esta autora,

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação (HELLER, 1992, p. 18).

Sendo a vida cotidiana um conteúdo heterogêneo, constituído por partes que estabelecem relações entre si com graus de importância variados, podemos afirmar que o conteúdo do cotidiano é estruturado por hierarquias e, indo um pouco mais além, de determinações mútuas que se alternam de forma lógica. Desse modo, o cotidiano no assentamento Divisa é ordenado por uma lógica que se fundamenta numa prática estruturante de diversas outras práticas subjacentes.

Não é possível dizer que a vida cotidiana é construída e reproduzida a partir de uma única prática social. É nesse sentido que se torna essencial falarmos de reprodução da vida, associando-a ao cotidiano. O termo reprodução nos possibilita ir além da condição humana do trabalho, relacionado à produção de mercadorias, bens materiais. A vida cotidiana não é conduzida por esse único fim, mas se estrutura por outras ações que podem ou não ser regidas pelo trabalho.

Nesse contexto, o homem é o sujeito essencial do processo de produção da vida cotidiana, pois é capaz de organizar-se para o trabalho, a festa, o lazer e outras práticas que se repetem ciclicamente, no tempo e no espaço, garantindo a reprodução da vida. Nessa gama de opções, os seus esforços são depositados, mesmo que em graus diferenciados. Segundo Heller (1992, p. 17-18),

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade.

A partir das análises dos autores Lefebvre (1991) e Heller (1992), compreendemos que o cotidiano é parte constituinte da história da sociedade, juntamente com outras estruturas, e que nele estão contidas práticas que apresentam uma lógica cíclica ou linear. O cotidiano também se relaciona à reprodução da vida de grupos sociais, considerando as estratégias que se manifestam nas práticas cotidianas e garantem a própria reprodução. A vida cotidiana também é estruturada por conteúdos que podem estar organizados hierarquicamente, no caso do assentamento Divisa, podemos eleger o trabalho como estruturante do cotidiano e direcionador das demais práticas cotidianas.

Os modos de vida se estruturam em um conjunto de práticas cotidianas que garantem a reprodução da vida. O trabalho é o principal meio para se garantir a reprodução e se inscreve como prática norteadora das demais atividades pertencentes ao cotidiano. Nesse sentido, os modos de vida não se resumem às estratégias de gerenciar os meios que lhe garantam a sobrevivência material. Mas, ao pensarmos o cotidiano constituído por práticas que estruturam a reprodução da vida, estamos nos referindo a um conjunto de alternativas que promovem a continuidade das relações sociais por estratégias as mais diversas, que foram produzidas em outros momentos históricos, constituintes das trajetórias de vida das famílias moradoras do assentamento e que também são essenciais para que a família continue garantindo a posse do lote.

Considerações Finais

A análise das trajetórias de vida e as experiências das famílias do assentamento demonstra-nos que existem dois grupos de famílias que se diferenciam quanto à forma de acesso aos lotes do assentamento. No primeiro grupo, estão as famílias que participaram da luta pela terra e foram cadastradas pelo INCRA, a partir da criação do assentamento. No segundo grupo, estão os compradores de lotes, sendo alguns cadastrados e outros com lotes pendentes de regularização perante o INCRA.

A organização da posse da terra, a partir da criação do assentamento, é a clara expressão de que existem diferenças entre os próprios assentados. As principais se referem às afinidades de parentesco e relações de vizinhanças, que foram construídas em tempos passados, durante suas trajetórias e experiências de vida, a partir dos municípios de origem.

Porém, os quatro grupos que se formaram no assentamento, a partir de sua criação, bem como os dois grupos que se diferenciam pela forma de acesso à terra, e também os grupos que mantêm relação de parentesco não representam o esboço final dos desencontros entre as trajetórias e experiências de vida das famílias. A incorporação de novos moradores que compraram direitos de posse promoveu o desmantelamento da organização estrutural estabelecida com a divisão de lotes, criada em 1999. Sendo assim, as modificações geradas, pela vinda de novas famílias, dizem respeito à ampliação das heterogeneidades relacionadas às experiências de trabalho e à perspectiva e motivação em se possuir terras.

As experiências de trabalho vivenciadas pelas famílias, em seus municípios de origem, demonstram-nos que nem todas garantiam sua sobrevivência a partir do emprego no espaço rural, e que, para alguns, as relações com a propriedade no campo eram estritamente voltadas para o lazer e o descanso. Outros se reproduziam a partir do trabalho exercido em terras arrendadas e em determinados períodos do ano trabalhavam como bóias-frias, em lavouras da região. Outras famílias viviam a experiência da inconstância de ter ou não trabalho e, para garantir a sobrevivência, exerciam diversas atividades, como trabalhadores empregados no espaço rural e urbano. Algumas famílias

compradoras de lote tiveram a oportunidade de continuar se reproduzindo a partir do trabalho na terra, possuindo uma experiência diferente das demais famílias que foram assentadas, bem como daquelas que, por meio da compra de lote, adquiriram a primeira faixa de terras.

Sendo assim, nas representações de parte dos assentados, o lote do assentamento foi o meio para se tornarem patrões de si mesmos, já que nunca tiveram a oportunidade de ter uma propriedade no campo ou algum empreendimento que lhes conferisse o título de patrão. Para outros, as suas experiências de vida, no espaço urbano, os conduziram à possibilidade do uso relacionado ao lazer e ao descanso, pois era desse modo que se relacionavam com o meio rural. Na concepção de outras famílias, o desejo de possuir terra relacionava-se à possibilidade de adquirir autonomia quanto ao cultivo agrícola, prosperidade e estabilidade para a sobrevivência familiar. A possibilidade de comprar terras de baixo valor atraiu os compradores de lotes, que trouxeram suas famílias para continuar se reproduzindo a partir da terra, como o faziam em seus municípios de origem.

É possível perceber que no assentamento Divisa residem famílias com modos de vida divergentes, por possuírem trajetórias de vida que estão desencontradas no tempo e no espaço, com experiências de trabalho as mais diversas. As experiências de produção agrícola nos lotes, a partir da criação do assentamento, expressaram as diferenças nas formas de se apropriar da terra, demonstrando que os fracassos e sucessos contribuíram para que muitas famílias direcionassem a reprodução da vida a partir de outros projetos. Apesar de a produção, na terra, ser a principal alternativa de geração de renda das famílias assentadas, nem todas possuem práticas cotidianas que as aproximem. Persiste uma diferença de estratégias de reprodução da vida entre os que permanecem morando no assentamento e aqueles que não residem em seus lotes. Também há divergências entre os próprios moradores do assentamento, caracterizadas pelas trajetórias de vida e pelas práticas cotidianas, que se diferenciam no interior de suas estruturas, como é o caso da organização do trabalho, e as estratégias para suprir a incapacidade de mão-de-obra familiar, em resolver os problemas de plantio e colheita, que acompanham os ciclos da natureza. Sendo assim, a produção e a reprodução do lugar se realizam por

relações sociais surgidas a partir de modos de vida divergentes, com práticas cotidianas estruturadas pelo trabalho, que dão sentido à existência das famílias, garantindo-lhes a posse da terra, a permanência de moradia no assentamento e, conseqüentemente, a reprodução da vida.

Portanto, no assentamento, estão materializadas experiências e trajetórias de vida as mais diversas, constituídas por estratégias de sobrevivência e de garantia de reprodução familiar desconstruídas no espaço e no tempo, indicando-nos que a reprodução da vida no assentamento pode ser conduzida por modos de vida divergentes, que somados a circunstâncias políticas e econômicas externas ao espaço do assentamento, tem conduzido as famílias ao abandono da terra pela venda da posse conquistada.

Notas

¹ Este artigo apresenta, de maneira condensada, os resultados contidos na dissertação de mestrado denominada “A reprodução do lugar e o desafio de permanência nos lotes da Reforma Agrária: Assentamento Divisa – Ituiutaba-MG”, que foi defendida no ano de 2008, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Não se pretendeu utilizar o título da dissertação neste artigo, pois a lógica de organização do texto, bem como a redação estão diferentes, todavia, expressam parcialmente o mesmo conteúdo abordado na dissertação.

² O projeto de iniciação científica, financiado pelo CNPq, fez parte de um grupo de atividades de pesquisa e extensão denominado Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais (PACTo/TM/MG). As atividades de pesquisa e extensão do PACTo eram multidisciplinares, com professores orientadores, bolsistas de iniciação científica, graduados e mestres de diversos cursos da Universidade Federal de Uberlândia. O programa era dividido em três áreas/grupos complementares: Saúde, Educação e Produção, que atuavam em dois projetos de assentamentos rurais localizados no município de Uberlândia-MG e noutros dois projetos localizados no município de Araguari-MG. O programa foi resultado de uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e vigorou dois anos, 2004 a 2006.

³ O Banco do Brasil é o responsável em repassar o financiamento para os assentados da reforma agrária, tendo como mediador o INCRA, já que os assentados não conseguiriam financiamento, visto possuírem apenas um título de concessão de uso da terra, e não a sua propriedade.

Referências

ANDRADE, Rodrigo Borges de. **Religiosidade e modos de vida**: processos de (re) construção do lugar na comunidade rural Tenda do Moreno em Uberlândia-MG. 2007. 215 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, Leonilde et. al (org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 225-235.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BRASIL, Lei nº 4504 de 30 de Novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

CLAVAL, Paul. “A volta do cultural” na Geografia. Mercator: **revista de Geografia da UFC**. Fortaleza, CE, ano 01, n 01, p. 19-28, 2002.

CRUZ, Nelson Ney Dantas Cruz. **Os espaços dos sujeitos da reforma agrária**: práticas produtivas e comerciais do assentamento Bom Jardim – Araguari-MG. 2006, 106 f. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

CRUZ, Nelson Ney Dantas Cruz. **A reprodução do lugar e o desafio de permanência nos lotes da reforma agrária**: Assentamento Divisa – Ituiutaba-MG. 2008, 272 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST Movimento dos Trabalhadores rurais sem-terra**: formação e territorialização em São Paulo. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

***Recebido em 06/05/2010**

Aceito para publicação em 13/12/2010

**O desafio da permanência na terra:
comercialização de posses e reprodução
dos modos de vida nos assentamentos de
reforma agrária do Triângulo Mineiro**

**Nelson Ney Dantas Cruz
Rosselvelt José Santos**

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Violência e modos de vida: os “justiceiros”. **Tempo Social. Rev. Sociol. USP**, v. 4, nº 1 e 2, p. 43-52, 1992.

FERREIRA NETO, José Ambrósio. Racionalidade individual, ação coletiva e a luta pela reforma agrária. **Reforma Agrária: Revista da Associação brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. Rio Claro, V. 29/30.

GRAZIANO DA SILVA, José F. **Mas, qual a reforma agrária?**. Reforma Agrária. Campinas: V. 17, n. 1, p. 11-60, 1987.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LOBO, Elisabeth Souza. Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência. **Tempo social. Rev. Sociol. USP**, São Paulo v. 4, nº 1 e 2, p. 7-15, 1992.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Pedro Machado de. **As heranças culturais e as relações de produção na comunidade dos Bagres – Vazante-MG. 2004**. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 12-74.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo, Edusp/Hucitec, 1991.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde et. al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 205-234.

Recebido em 06/05/2010

Aceito para publicação em 13/12/2010